

ANEXO VI

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS EXIGIDOS

I - Relação dos integrantes do Comitê Estratégico e do Comitê Técnico do Programa INOVA RS, da região na qual está situada a instituição proponente do projeto (Anexo III).

II - Declarações de aporte de contrapartida (Anexo IV) e de atendimento ao artigo 39 da lei 13.019/2014 (Anexo IX);

III - Formulário de orçamento e cronograma (Anexo VII);

IV - Carta de Intenção de parceria assinada pelas instituições parceiras (Anexo VIII);

V - Para o coordenador Técnico:

a) cópia digitalizada do CPF/RG (ambos os lados do documento);

b) link do currículo na Plataforma Lattes;

c) cópia do comprovante de residência atualizado;

d) comprovante de vínculo com a ICT Proponente.

VI - Para os Responsáveis das Instituições Intervenientes: comprovante de vínculo com a Instituição.

VII - Para Pessoas Jurídicas de Direito Público:

a) Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa junto à Previdência Social - CND ou CPD-EN junto à Previdência Social;

b) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

c) Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - Certificado de Regularidade do FGTS - CRF;

d) Ata ou outro documento formal de designação dos representantes legais em exercício;

e) Apresentação de exemplar dos estatutos, regulamentos ou compromissos da entidade;

f) Cópia do documento de identidade e CPF do representante legal;

g) Certidão de regularidade com a Fazenda Estadual;

h) Certidão de regularidade com a Fazenda Municipal;

i) Cópia do CNPJ.

j)- declaração do representante legal da ICT proponente de que há previsão orçamentária para as despesas de contrapartida, inclusive quanto à contrapartida de terceiros a serem indicados como parceiros.

VIII - Para Entidades Privadas Sem Fins Lucrativos:

a) Estatuto da entidade privada e sua MANTENEDORA (se houver) vigente e devidamente registrado no órgão competente, e regimento interno, se necessário, que declare objetivos de cunho social, natureza não lucrativa, relevância pública e pertinência das atividades da entidade com aqueles objeto da proposta;

b) Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

c) Ata de eleição e posse do quadro dirigente atual da entidade privada e sua MANTENEDORA (se houver);

d) Relação do quadro dirigente atual da entidade privada e sua MANTENEDORA (se houver) com qualificação completa de cada um (nome, estado civil, profissão, documento de identificação, número de registro no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas - CPF, endereço completo);

e) **Cópia do documento de identidade e CPF do representante legal da entidade privada e de sua MANTENEDORA, se houver;**

f) Comprovantes de endereço da sede da entidade privada e sua MANTENEDORA (se houver) e dos integrantes do seu quadro dirigente;

g) Certidões de regularidade da entidade privada perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, o Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, as Fazendas Públicas Federal, Estadual e Municipal, e a Justiça do Trabalho;

h) Declaração da entidade privada e sua MANTENEDORA (se houver) quanto à inexistência de impedimento de contratar com a administração pública, e de regularidade no CADIN/RS e no CFIL/RS;

i) Declaração da entidade privada e sua MANTENEDORA (se houver), assinada por seu dirigente máximo, de que não emprega em seu quadro de pessoal menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menor de 16 (dezesesseis) anos em qualquer atividade, salvo na condição de menor aprendiz, a partir de 14 (catorze) anos;

j) Comprovação da capacidade técnica e operacional para execução do termo/acordo a ser efetivado;

k) Declaração do dirigente máximo da entidade privada e sua MANTENEDORA (se houver) quanto à veracidade de todas suas informações;

l) Comprovação e experiência prévia, relatório de atividades já desenvolvidas, inclusive notícias, publicações, pesquisas, e atestados de capacidade técnica emitidos por outras entidades privadas ou por entidades/órgãos públicos, dentre outros;

m) Certidão de registro na Secretaria do Trabalho e Assistência Social (só para instituições privadas);

n) Declaração subscrita pelo representante legal da unidade executora de que atende ao requisito do artigo 39 da Lei nº 13.019/2014.

o)- declaração do representante legal da ICT proponente ou de sua Mantenedora (se houver) de que há previsão orçamentária para as despesas de contrapartida, inclusive quanto à contrapartida de terceiros a serem indicados como parceiros.

IX - Para Entidades Empresariais parceiras:

a) Estatuto/Contrato Social atualizado e devidamente registrado na Junta Comercial do Estado (no caso de empresário individual, fornecer Certidão Simplificada da Junta Comercial);

b) Ato de designação dos atuais dirigentes (ata da assembleia que elegeu a Diretoria e o Conselho de Administração) quando houver;

f) CPF, RG e comprovante de residência do(s) representante(s) legal(is) da empresa parceira;

No caso de empresário individual, além dos documentos listados acima deve também ser fornecido o documento relativo à pessoa física que exerce a atividade empresarial (CPF).